

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Minas Gerais, o campo da vez

A subida do presidente Jair Bolsonaro na pesquisa da Genial Quaest de Minas Gerais divulgada esta semana deixou em alguns petistas a sensação de que o apoio de André Janones (Avante-MG) ao ex-presidente Lula (ainda) não rendeu dividendos.

Por falar em Janones...

Com dificuldades de ser ouvido pelo PT, ele colocou o que pensa em suas redes sociais: "O povão, a massa, aqueles que decidem as eleições, não entendem o linguajar da elite intelectual que leu a carta hoje (ontem). O pedreiro, a doméstica, o garçom, também querem escrever uma carta, porém, não tem quem leia. E, se ninguém ouvi-los (sic), Bolsonaro será reeleito. Printem e me cobrem", escreveu o deputado mineiro.

Caminho das pedras

O deputado diz com todas as letras, "ou a gente sai das Fiesps da vida, da USP e do Twitter e tomemos os grupos de whats, as comunidades, as feiras populares e o interior do país, ou já era. Chega de esperar que o povo venha até nós, é hora de irmos ao povo", afirma, aconselhando "a esquerda" a trocar "renda mínima" por dinheiro para o povo e "nossas diretrizes de programa" por "propostas para os brasileiros".

Festival de fake news

Postagens mentirosas acusando Lula de propor o fechamento de igrejas evangélicas ganharam as redes sociais. O mesmo ocorreu com outras dizendo que Jair Bolsonaro almoçou com Guilherme de Pádua, o assassino de Daniela Perez, no Rio de Janeiro, quando, na verdade, o presidente estava em São Paulo. É a "praga" das fake news pedindo passagem numa campanha que mal começou.

Onde o desemprego é mais baixo, Bolsonaro subiu

Um cruzamento de pesquisas de intenção de voto com o levantamento dos índices de desemprego por estado divulgados na sexta-feira pelo IBGE, feito pela Vector Consultoria, indica que o presidente Jair Bolsonaro lidera nas unidades da federação onde há mais empregos. "A equação é simples, estados com pessoas mais satisfeitas com a sua situação tendem a reconduzir governos", diz o cientista político da Vector, Leonardo Barreto, na análise distribuída a seus clientes.

Bolsonaro lidera em Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Roraima, Rio Grande do Sul, Goiás e Paraná, que têm índices de desemprego inferiores a 7. As exceções a essa tese são o Distrito Federal e o Acre, nos quais Bolsonaro lidera, mas os índices de desemprego continuam altos. A avaliação da Vector é a de que a economia é que dará as cartas nesta corrida eleitoral. Os demais temas terão alguma influência, mas não serão tão importantes quanto esse.



CURTIDAS

Reforço no palanque.../

Candidato ao Governo do Distrito Federal, Rafael Parente (PSB) contará com uma ajuda de peso na campanha para tentar atrair parte do eleitorado de centro



no DF. Na semana que vem, quem chega a Brasília é o pai do candidato, o ex-ministro Pedro Parente (foto). Pedro é CEO da Brazilian Foods, foi ministro da Casa Civil no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e presidente da Petrobras no governo Temer.

...e na plateia/ Pedro Parente acompanhará o filho no debate dos candidatos ao GDF que o **Correio Braziliense** e a TV Brasília promovem na próxima quinta-feira, 18 de agosto, 20h30.

Ex-amigos/ Em palanques distintos no Ceará, o ex-governador Camilo Santana virou alvo preferencial de Ciro Gomes. O rompimento ameaça inclusive os gestos de Ciro em favor de Lula, na hipótese de segundo turno entre o petista e o presidente Jair Bolsonaro.

Por falar no Ceará.../ O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) vem sendo inclusive chamado de "Tá-só" por seus adversários. Ele defendia o apoio ao candidato do PDT, Roberto Cláudio, e chegou a lançar a candidatura do empresário Amarílio Macedo (PSDB) ao Senado. Mas a empreitada ficou pelo caminho na Justiça Eleitoral, e o comando do partido foi devolvido ao deputado Chiquinho Feitosa, que defende a neutralidade.

JUSTIÇA / Ministro do STF pede vista de processos que envolvem o presidente Bolsonaro. Recursos apresentados pela defesa haviam sido rejeitados por Alexandre de Moraes. Não há prazo para a Corte deliberar sobre os casos

No compasso de Mendonça

» LUANA PATRIOLINO

Indicado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) para assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro André Mendonça decidiu pedir vista, ou seja, mais tempo para análise, em um pacote de recursos que mira diretamente o chefe do Executivo. Os inquéritos suspensos tinham como relator o ministro Alexandre de Moraes — alvo dos ataques dos bolsonaristas.

Com a decisão de Mendonça, o julgamento foi adiado por tempo indeterminado. Antes do pedido de vista, Moraes votou por negar os recursos. As ações envolviam o inquérito que investiga o vazamento de dados sigilosos da Polícia Federal, fake news e incitação a violência nos atos de 7 de Setembro.

Um dos casos envolve um recurso da Procuradoria Geral da República (PGR) contra a decisão de Moraes que determinou abertura de investigação a respeito da fala de Bolsonaro que relacionou a vacina contra a covid-19 ao risco de contrair HIV.

Outra ação da defesa foi impetrada pela Advocacia-Geral da União (AGU) contra a decisão do relator que determinou que a PF apresente um relatório sobre mensagens no inquérito sobre a suspeita de vazamento de dados sigilosos por parte de Bolsonaro. Em uma live, ele mostrou documentos de uma investigação sigilosa sobre um suposto ataque hacker contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O terceiro caso envolve dez recursos apresentados no inquérito das fake news, que tramita sob sigilo. O quarto, também em sigilo, foi instaurado

a pedido da PGR para apurar a articulação de atos antidemocráticos no feriado da Independência no ano passado.

Como os processos estão sob sigilo, o conteúdo do voto de Moraes não foi divulgado. Os casos estavam no plenário virtual do Supremo, modalidade de julgamento em que os ministros depositam os seus votos no sistema, sem que haja sessão presencial e discussão dos posicionamentos.

TSE nega pedido do PL

O TSE negou um pedido do Partido Liberal (PL) para excluir o vídeo em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à Presidência da República, chama o presidente Jair Bolsonaro de mentiroso e covarde. A decisão é do ministro Raul Araújo. Ele destacou que nem toda crítica forte pode ser caracterizada como propaganda eleitoral negativa.

"Apesar dos comentários 'mentiroso' e 'covarde' possuem um tom hostil e ácido, alguns precedentes do TSE assestam que não é qualquer crítica contundente a candidato ou ofensa à honra que caracteriza propaganda eleitoral negativa antecipada, sob pena de violação à liberdade de expressão", disse Araújo.

Na avaliação de Araújo, o discurso do presidente não contém pedido explícito de voto. Em outra decisão desta semana, o magistrado determinou a exclusão de um vídeo das plataformas digitais em que Lula chama Bolsonaro de "genocida".

No total, o PL apresentou sete ações ao TSE contra Lula por propaganda eleitoral antecipada.

Nelson Jr./SCO/STF



Mendonça: processos contra Bolsonaro correm no plenário virtual do Supremo, sem debate presencial

» Mais acusações sobre pandemia

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso encaminhou à Procuradoria-Geral da República (PGR) acusação contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) feita pela Associação de Vítimas e Familiares da pandemia de Covid-19. Para o grupo, o presidente teria cometido diversos crimes durante a gestão da pandemia, como epidemia com resultado morte e charlatanismo. No mês passado, a vice-procuradora geral da República, Lindóia Araújo, pediu o arquivamento de denúncias semelhantes, formuladas no relatório final da CPI da Covid.

Arquivada denúncia contra petistas

A Justiça Federal decidiu arquivar a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra os ex-presidentes petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff por obstrução de Justiça no caso da delação premiada feita pelo ex-senador Delcídio do Amaral. Na mesma decisão, assinada pelo juiz Ricardo Leite, substituto da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, também foi rejeitada a ação contra o ex-ministro da Educação Aloizio Mercadante.

Leite segue o mesmo entendimento do MPF que, em abril, já havia solicitado o arquivamento por falta de "elementos

mínimos a justificar a abertura de um processo penal". O juiz ressaltou a ausência de provas para continuar o caso.

"Realizadas as diligências investigativas não se logrou apurar indícios de autoria e materialidade da prática delitiva. Conforme asseverado pelo Parquet, as provas entabuladas decorrem dos áudios da conversa que foi registrada por José Eduardo Marzagão, assessor parlamentar de Delcídio do Amaral, não havendo elementos probatórios a caracterizar obstrução à investigação criminal", escreveu o juiz.

Lula e Dilma foram denunciados pelo então procurador-geral

da República Rodrigo Janot, em 2017, e tiveram seu caso encaminhado à primeira instância. A decisão foi do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, ao argumentar que eles não tinham mais foro privilegiado.

A denúncia da PGR foi baseada na delação premiada feita por Delcídio Amaral. O ex-senador disse que Aloizio Mercadante teria oferecido ajuda jurídica e financeira à família dele para que ele não fechasse um acordo com o MPF. Em nota, a assessoria do ex-ministro alegou que ele "sempre defendeu que as conversas que teve com o Sr. Eduardo Marzagão, então assessor de Delcídio

do Amaral, eram uma iniciativa de caráter eminentemente pessoal e político de solidariedade".

Em abril, a 2ª Vara Cível de São Bernardo do Campo (SP) determinou que Delcídio do Amaral fosse condenado a pagar uma indenização de R\$ 10 mil por danos morais ao ex-presidente Lula por causa de uma acusação não comprovada à Justiça.

Em delação premiada, o ex-senador acusou o petista e mais cinco pessoas de comprar por R\$ 250 mil o silêncio do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró e assim evitar que ele fechasse um acordo de delação com a Operação Lava-Jato. (LP)